



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

Sobre silêncios e contentamentos: uma reflexão sobre a presença Mbyá Guarani no centro de Porto Alegre.

Autoria: Amanda Alves Migliora (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este work enfoca os agenciamentos e dinâmicas relacionais elicitados e eclipsados ao longo de algumas das linhas que ligam o centro da cidade de Porto Alegre às aldeias guarani situadas no perímetro da região metropolitana da capital gaúcha, por meio de uma prática denominada como porarõ. Num primeiro momento podemos definir essa prática como uma forma de obtenção de recursos materiais (dinheiro, roupas e alimentos), predominantemente feminina, que envolve a venda de artesanatos e o recebimento de doações. No entanto, a partir da análise de dados etnográficos a respeito deste fenômeno social, será possível matizar os significados que o mesmo possui para os agentes envolvidos e, assim, problematizar essa primeira definição. As características reticulares dos pontos de venda, sugerem a existência de continuidades entre as formas de permanecer na cidade e algumas formas de permanecer nos pátios das casas. Por outro, os dispositivos acionados para controlar as relações estabelecidas com a alteridade não indígena naquele contexto apontam para características comuns entre porarõ e determinadas formas prescritas de comportamento observadas durante incursões nas matas. Na cidade, a troca de posições relacionais, com ênfase ora nas identificações, ora nas diferenciações, estabelece o ritmo dos movimentos que previnem contra a cristalização de alterações perigosas, o que faz dessa prática uma eficaz inovação no que se refere à obtenção de recursos e ao manejo da comunicação com a alteridade não indígena. As acusações de mendicância que decorrem de práticas como o porarõ evidenciam uma série de equívocos que ocorrem na interação entre os sistemas de pensamento dos Mbya e dos não indígenas. Embora a escassez de recursos seja um dos motores dessas práticas, há muito mais questões que merecem atenção na análise deste tipo de fenômeno. O risco do diálogo, inerente às relações assimétricas (Appadurai 2018) e às ?Posthuman



Convivialities? (Costa 2019), ganha, neste caso, significados muito específicos, estabelecendo intrincadas dinâmicas de busca e evitação, de desejo e repulsa. A existência de vetores de ação aparentemente contraditórios pode ser analisada por meio das medidas de controle e mediação das relações conceitualizadas como desejáveis ou indesejáveis. A aquisição de artigos e potencialidades por meio da relação com determinadas alteridades demanda cuidados para o controle das coisas que vêm de fora. Deste modo, as diversas formas de comercialização de artesanatos, dentro e fora das aldeias, nos colocam diante de um fenômeno multifacetado que possui implicações políticas e cosmológicas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: